

Transparência, carnaval e segurança.

*Carlos Alberto da Costa Gomes

O Estado Democrático moderno evoluiu muito. De simples delegação de poder através de eleições periódicas passou a ser compreendido como articulador de políticas públicas que envolvem não só os recursos públicos, mas a participação popular e as parcerias com o capital privado: as PPP.

É lógico que o que é uma parceria deve ser claro para as partes. Não se tem notícia de uma parceria honesta na qual um dos parceiros não saiba exatamente no que está se metendo e, também, não se tem notícia de um investimento do capital privado que não vise o lucro, se não o imediato, mas o por via indireta. Uma parceria entre o público e o privado tem de ser transparente, tem de prestar contas do que, como, onde, de que forma, para quem, onde está, quanto foi recolhido, quanto foi gasto e principalmente: qual o benefício para o que é público – isto é transparência!

O carnaval de Salvador é uma PPP. De um lado a Prefeitura e Estado aportam recursos para trios e blocos, limpeza e saúde, além de investimento maciço em segurança para os foliões. Do outro lado os empresários do carnaval, rede hoteleira, bares, restaurantes e ambulantes arriscam seus capitais para obter lucro. As grandes empresas investem muito mais, compram cotas de patrocínio que permitem a exposição de suas marcas pelo mundo. Quem investe recolhe impostos e taxas pagando parte das despesas públicas. A lógica é simples, mas os detalhes são opacos. De quanto foi arrecadação e a despesa? Vimos recentemente Estado, Município e a iniciativa privada discordarem! Não seria melhor mais transparência?

A segurança pública noticiou que reduziu o número de ocorrências e de homicídios nos circuitos do carnaval. Ninguém pode deixar de reconhecer o magnífico trabalho de evitar, controlar e reduzir a criminalidade em meio a milhões de foliões embriagados de álcool ou de alegria, porém, resta a consideração sobre a opacidade dos dados: quem faz as estatísticas? Não estou afirmando que elas não estejam corretas. Argumento que para maior credibilidade deveriam ser auditadas por institutos independentes de pesquisas para proporcionar mais transparência.

O Estado verdadeiramente democrático apresenta dados detalhados do que está sendo feito para que a população possa julgar a administração e assim eleger ou reeleger aqueles que merecem. Quem cobra transparência não é contra, mas um aliado. A prestação de contas parcial e preparada para ser utilizada como um instrumento de marketing pode provocar efeito contrário ao esperado – se fizermos carnaval o ano inteiro teremos uma cidade mais segura? E fora do circuito, o que aconteceu nos locais de onde vieram os policiais? Aliás, quantos policiais foram mobilizados e quanto custou em transporte, alimentação, hospedagem e diárias? A tecnologia empregada não é usada no dia a dia por quê? Planejamento?

*Coordenador do Observatório de Segurança Pública da Bahia
carlos.gomes@unifacs.br